

FREIRE, Felisbelo

*pres. SE 1889-1890; const. 1891; dep. fed. SE 1891-1892; min. Faz. 1893-1894; dep. fed. SE 1897-1899, 1903-1905 e 1909- 1916.

Felisbelo Firmo de Oliveira Freire nasceu em Itaporanga (SE) em 30 de janeiro de 1858, filho do coronel Felisbelo Firmo de Oliveira Freire e de Rosa do Amarante Góis Freire.

Iniciou os estudos secundários no Ateneu Sergipense, em Aracaju, completando-os na cidade de Salvador. Prosseguiu os estudos na capital baiana, onde obteve o grau de doutor em medicina em 1882 com a tese “Das complicações cardíacas nas diversas formas de nevrite e sua patogenia”. Recém-formado, regressou à província natal e trabalhou como clínico na cidade de Laranjeiras. Colaborou na imprensa política, defendendo idéias abolicionistas e contrárias ao regime monárquico. Fez contínua propaganda republicana, tendo como companheiros Baltasar de Araújo Góis, Fausto Cardoso e Josino de Meneses. Fundou os periódicos *O Horizonte* e *O Laranjeirense*, este último, órgão do Clube Republicano local, ao qual pertencia.

Passou a viver na cidade do Rio de Janeiro meses antes da queda do gabinete do visconde de Ouro Preto e do fim da monarquia, em 15 de novembro de 1889. Voltou então para Sergipe, nomeado presidente do estado por decreto do governo provisório da República chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Tomou posse 13 de dezembro de 1889, em substituição à junta provisória formada por Baltasar Góis e Antônio José de Siqueira Meneses, e exerceu o cargo durante oito meses, até 17 de agosto de 1890. Republicano histórico, mesmo evitando maiores confrontos na implantação do novo regime, buscou superar as dificuldades do serviço público local e adaptá-lo às novas instituições políticas. Recebeu o apoio de Olímpio Campos, político oriundo das hostes do Partido Conservador, que se tornou nesse período presidente do Conselho Governativo da Intendência de Aracaju.

Tendo encontrado as finanças sergipanas com elevado déficit, mesmo nesse quadro de restrições iniciou obras de construção de diversos trechos de estradas de ferro. Reorganizou

também a Biblioteca Pública de Aracaju. Enfrentou surtos de varíola e paludismo, que lhe valeram os primeiros ataques da oposição. Forte campanha na imprensa foi feita contra o seu governo, principalmente após a decisão de diminuir o contingente da força policial e o número de funcionários públicos, a fim de reduzir gastos. Desgastado politicamente, após negar o apoio esperado ao coronel Rosa Júnior na chapa para o Senado, foi demitido pelo marechal Deodoro da Fonseca, sendo substituído pelo vice-presidente estadual Augusto César da Silva.

Eleito para a Assembleia Nacional Constituinte em setembro de 1890, tomou posse em novembro seguinte e esteve entre os participantes da Comissão dos 21, que redigiu o anteprojeto de Constituição, tendo-se incumbido do capítulo da reorganização dos estados. Enquanto representante de Sergipe, defendeu a necessidade de uma divisão mais equânime do território nacional, questionando a perda de terras de seu estado para a Bahia. Promulgada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, em junho seguinte passou a exercer o mandato ordinário. Deixou, porém, a Câmara dos Deputados antes do fim da legislatura para assumir o Ministério da Fazenda de abril de 1893 a agosto de 1894, durante o governo do marechal Floriano Peixoto (1891-1894). Acumulou o cargo com o de secretário dos Negócios Exteriores de abril a junho de 1893.

Após um grupo do alto oficialato da Marinha, entre os quais se incluíam os almirantes Custódio de Melo, Eduardo Wandenkolk e Saldanha da Gama, ter contestado a permanência do marechal Floriano no governo e liderado uma manifestação armada pela imediata convocação de eleições, conforme previa a Constituição no caso de renúncia presidencial – o que havia ocorrido com o marechal Deodoro em 23 de novembro de 1891 –, foi um dos responsáveis pelas medidas de exceção contra o movimento, conhecido como Revolta da Armada.

Após deixar o cargo de ministro, voltou a exercer a medicina e dedicou-se à pesquisa histórica e à divulgação científica. Em 1896, lançou *História do Brasil e Elementos de história natural: botânica e zoologia*, ambos para uso nas escolas primárias e com a aprovação Conselho de Instrução da capital federal. Retornou à política no ano seguinte e

reelegeu-se deputado federal para legislatura 1897-1899. Novamente candidato em 1900, não teve sucesso. Conquistou seu terceiro mandato na Câmara apenas quatro anos depois, na legislatura 1903-1905. Durante a sua trajetória, filiou-se ao Partido Republicano Sergipense e ao grupo político do monsenhor Olímpio Campos – antigo político do Império, organizador da política oligárquica em Sergipe com o apoio do presidente Campos Sales –, com o qual veio a romper mais tarde, aproximando-se, em 1906, do Partido Progressista de Fausto Cardoso. Conquistou mais três mandatos de deputado federal por Sergipe, completando-os nas legislaturas 1909-1911 e 1912-1914, e deixando o último interrompido devido à sua morte, em 7 de maio de 1916.

Foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e membro do Instituto Arqueológico de Pernambuco.

Escreveu inúmeros artigos na imprensa e publicou, entre outros, *História de Sergipe: 1575-1855* (1891); *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil* (3 vols., 1895); *Noções de direito pátrio e economia política* (1896); *História territorial do Brasil* (1906); *Direitos do Amazonas sobre o território do Acre: estudo histórico e político* (1906); *História do Banco do Brasil* (1907); *Os portugueses no Brasil: estudo histórico e crítico* (1907); *Os bastidores da política no Brasil: vida íntima de D. Pedro II e os grandes homens do segundo Império* (1911).

Sérgio Montalvão

FONTES: DANTAS, J. *História*; FREIRE, A.; CASTRO, C. *Bases*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; PASSOS, A. *Primeiro*.